

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

NOTA TÉCNICA nº 78/2012

- I. **Identificação do bem cultural:** Imóvel localizado à rua Goiás 422 / 427, no centro histórico de Paracatu.
- II. **Município:** Paracatu – MG.
- III. **Objetivo:** Medidas emergenciais necessárias para preservação do bem cultural.
- IV. **Breve histórico de Paracatu**

O interior do Brasil foi esquadrihado pelos, pelos pecuaristas e pelos aventureiros durante todo o período colonial. Segundo o historiador Antônio de Oliveira Mello, a região Noroeste de Minas Gerais foi visitada, conhecida e perscrutada desde o final do século XVI. Ele reuniu indícios de que as bandeiras de Domingos Luis Grau (1586-1587), Antônio Macedo (1590), Domingos Rodrigues (1596), Domingos Fernandes (1599) e Nicolau Barreto (1602-1604), palmilharam esta região.

Em 1744 os bandeirantes Felisberto Caldeira Brant e José Rodrigues Fróis comunicaram à coroa o descobrimento das minas do vale do Paracatu. Existem indícios de que o arraial já havia sido fundado muitos anos antes, pois a essa época já se tem conhecimento da existência de casas de morada e igrejas no local. Após essa descoberta, não surgiu no cenário das Gerais nenhuma nova região aurífera de importância. Portanto, a última grande descoberta aurífera das Minas Gerais ocorreu no Vale do Rio Paracatu no início do século XVIII.

A conquista da região vinha sendo estruturada há muitos anos. Em 1722, quando Tomás do Lago Medeiros recebeu a patente de Coronel de Paracatu, o direito de guardamoria e o privilégio de distribuição das datas de terras desta região, o ouro não havia sido descoberto, mas a região já era conhecida e havia a expectativa da descoberta de metais preciosos por ali. Em documento datado de 1722, era exigido dele como contrapartida pelos privilégios recebidos, zelar pela boa composição do povoamento a ser estabelecido nestas paragens:

... terá grandíssimo cuidado de que na gente com que entrar na dita conquista haja toda quietação e sossego, para o que aproveitara muito não levar em sua companhia criminosos, nem malfetores antes pessoas que vão só a ela, não por fugirem à justiça, mas por buscar a conveniência nos descobrimentos...

Os cuidados que as prováveis regiões mineradoras mereciam das cortes portuguesas indicam a importância dessa atividade para a economia da época.

Descoberto o ouro, a atração exercida pela abundância com que este fluía de seus veios d'água contribuiu para o rápido crescimento do Arraial de São Luiz e Sant'Anna das Minas do Paracatu. Após período de grande crescimento, o arraial foi elevado a vila com o nome de Paracatu do Príncipe, em 1798, por um alvará de D. Maria (a louca).

A efêmera riqueza logo se dissipou e o declínio produtivo do ouro aluvial provocou a decadência econômica da vila. Dos tempos de glória, a cidade conservou duas igrejas construídas no século XVIII – tombadas pelo patrimônio histórico – que abrigam uma grande coleção de imagens sacras dos séculos XVIII e XIX.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

A cidade retomou seu crescimento com base na agropecuária e viveu uma efervescência cultural no século XIX, da qual ainda hoje se orgulha. Desta época ainda existe um conjunto arquitetônico com características particulares e um interesse por todos os tipos de manifestações artísticas e culturais.

Em meados do século XX, com a construção de Brasília, a região tomou novo impulso e Paracatu beneficiou-se da sua situação às margens da BR 040. A transferência da capital federal para o interior do país já havia sido sugerida durante o período monárquico por José Bonifácio de Andrada, que apontou como ideal a localização da comarca de Paracatu. A modernidade chegou trazendo inúmeras transformações, que vão desde um incremento da economia até uma mudança de mentalidade que inclui novos valores, nova arquitetura e novo estilo de vida.

Paracatu conta hoje com uma agricultura altamente tecnificada, implantada em larga escala; com uma pecuária intensiva; uma exploração mineral das mais modernas do mundo; convivendo com uma exploração agrícola rudimentar de subsistência e uma pecuária extensiva. No campo da mineração, o antigo método do garimpo foi interdito.

A cidade se mantém como pólo irradiador de cultura, de tecnologia e de desenvolvimento dentro da região Noroeste de Minas Gerais e se orgulha de sua gente hospitaleira, laboriosa e da sua tradição artística e cultural.

Fonte : Texto de Helen Ulhôa Pimentel, disponível no site www.paracatu.mg.gov.br



Figura 01 – Antiga casa de Câmara e Cadeia de Paracatu.



Figura 02 – Imagem antiga de Paracatu.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

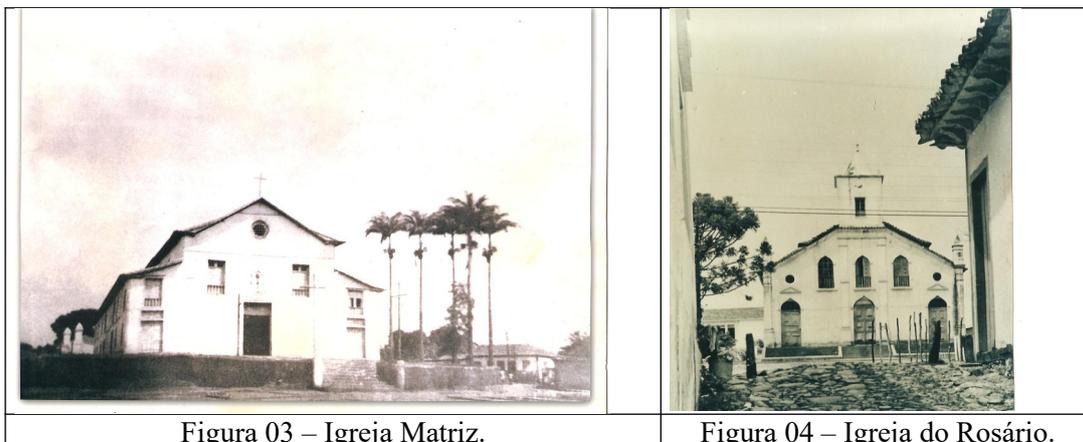


Figura 03 – Igreja Matriz.

Figura 04 – Igreja do Rosário.

V. Análise Técnica:

Em análise à imagem antiga do imóvel, verifica-se que se trata de sobrado colonial datado do século XIX, implantado no alinhamento da via pública.

Possui vãos alinhados no primeiro e segundo pavimentos, sendo portas no estabelecimento comercial localizado no térreo e janelas de peitoril no pavimento superior. Os vãos são em arco abatido e as vedações são em esquadrias de madeira e vidro, apresentando-se no sistema guilhotina nas janelas superiores.

Os elementos estruturais de madeira são aparentes e se configuram como elementos decorativos da edificação.



Figura 05 – Imagem antiga do imóvel.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

Conforme Boletim de Ocorrência nº 877/2012 encaminhado a esta Promotoria, datado de 16/08/2012, o imóvel encontra-se em péssimo estado de conservação. Em análise às fotografias encaminhadas, verifica-se que houve remoção da cobertura e das alvenarias do segundo pavimento.

A edificação encontra-se em processo de arruinamento restando no local parte da estrutura auto-portante de madeira, a cachorrada¹, o frechal², e alguns trechos de alvenaria de adobe no primeiro pavimento.

O piso de madeira do segundo pavimento está arruinado e o barroteamento provavelmente apresenta danos devido à exposição às intempéries.

Aparentemente, o madeiramento integrante da gaiola estrutural encontra-se em condições de uso, apesar de algumas peças apresentarem danos pontuais.

As alvenarias remanescentes apresentam trincas, descolamento do reboco, manchas de umidade.

Verifica-se que houve escoramento do imóvel na sua parte interna, entretanto este não está cumprindo sua função de forma efetiva, pois somente houve escoramento das alvenarias em sua parte interna, sendo desejável o escoramento dos dois lados da alvenaria para uma maior estabilização. Além disso, outros elementos remanescentes não foram escorados como estruturas de madeira, trechos da cobertura (frechal e cachorrada), e os barrotes. Verifica-se também que parte das madeiras utilizadas no escoramento encontra-se danificada e / ou deslocada.

O imóvel encontra-se vedado por madeirite em sua fachada frontal e por muro e portão de ferro na fachada posterior.



Figuras 06 a 08 – Imagens do imóvel constantes no Boletim de Ocorrência.

¹ Conjunto de peças de madeira que apóiam o forro do beiral da cobertura.

² Peça em madeira que apóia a estrutura da cobertura.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



Figuras 09 e 10 – Imagens internas do imóvel.

VI. Conclusões:

Por se tratar de edificação integrante do centro histórico da cidade e por ainda haver elementos originais da arquitetura colonial da edificação em condições de aproveitamento, recomenda-se a restauração da parte ainda existente e a reconstrução do restante da edificação, respeitando as características da fachada colonial e volumetria, sendo permitidas alterações internas para abrigar novo uso.

É fundamental que se garanta a honestidade da época das novas inserções para que seja possível distinguir o novo do original, em respeito às Cartas Patrimoniais.

Ratificamos as recomendações constantes na Nota Técnica GAP nº 048/2008 e 142/2008 elaborada pelos técnicos do Iepha no que se refere aos procedimentos necessários para a restauração do imóvel.

Entretanto, para preservação dos elementos originais ainda existentes, são necessárias as seguintes medidas emergenciais:

- Capina da área no entorno e a limpeza interna para evitar a proliferação de animais e acúmulo de umidade junto à base da edificação. Na ocasião, todo o material original que seja possível sua recuperação deverá ser retirado, limpo e devidamente acondicionado em local adequado.
- Deverá haver o refazimento do escoramento das paredes do imóvel, buscando utilizar as técnicas para intervenções em edifícios históricos. Há perigo iminente de desabamento de outras alvenarias e as escoras irão reduzir a movimentação que ocorre na edificação, enquanto se aguarda a execução do reforço estrutural. Onde for possível, o escoramento deverá ser realizado nos dois lados das alvenarias, promovendo uma melhor estabilização. O escoramento deverá ser realizado por técnico especializado e deverá ser anotada a respectiva ART (anotação de responsabilidade técnica). Também deverão ser escorados os elementos remanescentes da estrutura de madeira, barrotes e elementos da cobertura (frechal e cachorrada). Ver anexo 1.
- Deverá ser executada nova vedação do terreno uma vez que o madeirite existente encontra-se danificado pela ação do tempo, permitindo o acesso ao local, expondo o imóvel a usos indevidos e ações de vandalismo.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

As medidas emergenciais para proteção do imóvel são de caráter temporário até que o projeto de restauração seja desenvolvido e sua execução iniciada. Para a preservação do bem como um todo é necessária a realização de intervenções definitivas buscando não apenas a preservação do que restou da edificação, mas também o resgate das suas características e importância com bem integrante do centro histórico tombado.

Deverá ser elaborado, com caráter de urgência, um projeto completo de restauração do imóvel e a execução da obra deverá ser imediata, após a aprovação do projeto pelos órgãos de proteção competentes.

VII. Encerramento:

São essas as considerações deste setor técnico, que se coloca à disposição para o que mais se fizer necessário.

Belo Horizonte, 20 de agosto de 2012.

Andréa Lanna Mendes Novais
Analista do Ministério Público – MAMP 3951
Arquiteta Urbanista – CAU 53880-9

ANEXO 01

ORIENTAÇÕES TÉCNICAS PARA ESCORAMENTO

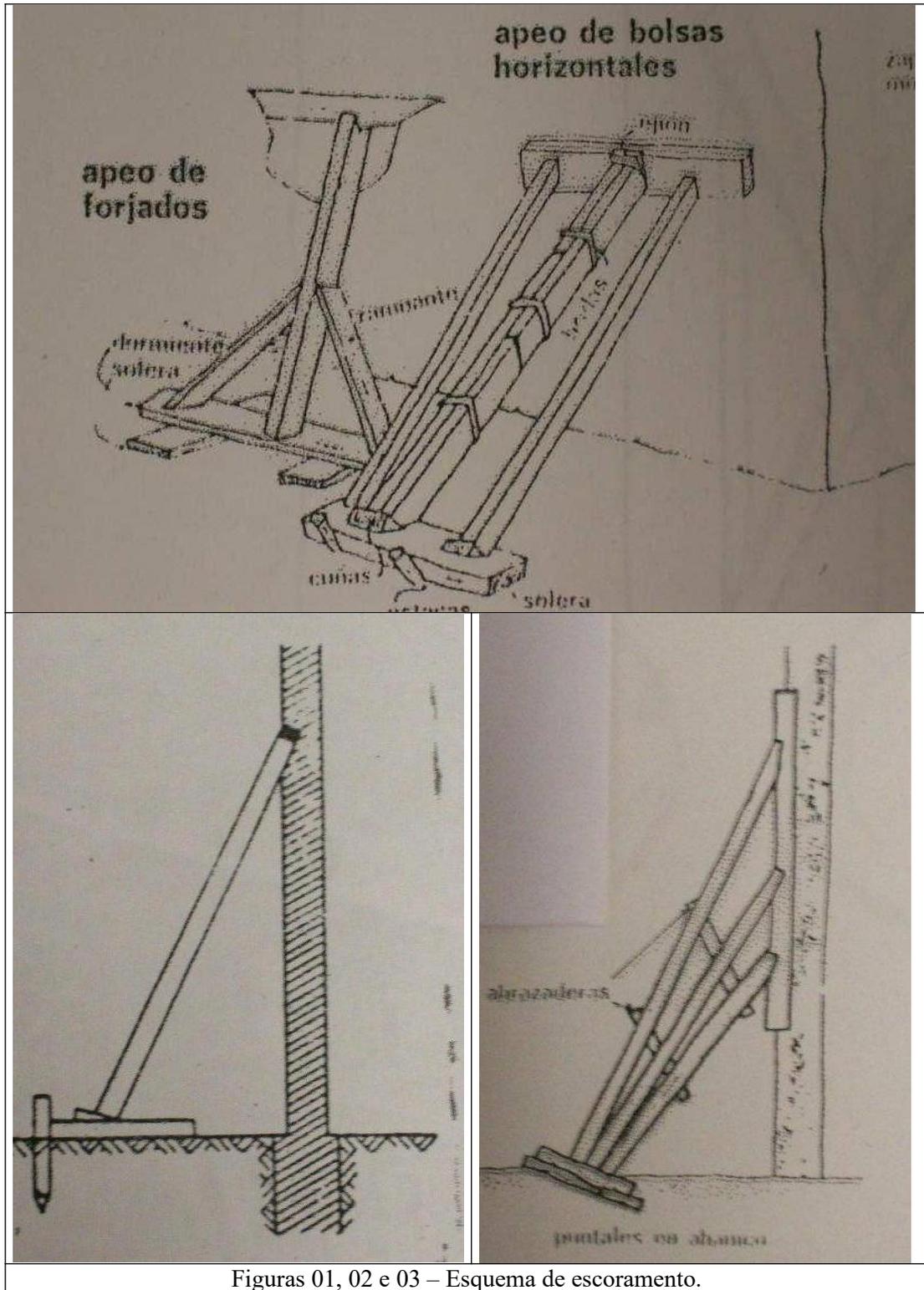
- Toda a estrutura da casa deverá ser escorada utilizando o sistema de apoios a 45°. Todas as alvenarias remanescentes do imóvel deverão ser escoradas na face interna e externa, sempre atento para os pontos de contato.
- O apoio da escora nunca poderá ser pontual, devendo ser usado uma peça de madeira no sentido longitudinal, entre os vãos das esquadrias. A base do apoio externo deverá ser fixada com anteparos nas peças inclinadas e estacas fincadas no solo para dar sustentação e suporte.
- Quando forem fincadas as estacas no solo, deverão ser observados os objetos e materiais que se encontram no solo, que poderão ser peças importantes na reconstrução do imóvel e deverão ser acondicionadas adequadamente. Não poderão ser usadas peças de madeira provenientes do arruinamento do telhado ou das paredes. As peças e materiais do arruinamento são importantes documentos do imóvel e deverão ser separados e bem guardados, para serem utilizados na fase do projeto de restauração e na reconstrução.
- As escoras sempre devem ser feitas alcançando todo o pano de alvenaria, desde o embasamento até altura do beiral.
- No escoramento das faces internas das paredes, deverão ser bem escolhidos os locais de apoio no chão, devendo ser áreas firmes e seguras.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

- Todas as madeiras que forem utilizadas no escoramento deverão ser imunizadas e não deverão conter insetos xilófagos (cupim). Tendo em vista que o seu uso será prolongado até a restauração do imóvel, as mesmas não poderão em hipótese alguma servir de condutor para o ataque destas pragas.
- Também deverá ser feito escoramento das peças de madeira remanescentes da cobertura e do piso, para dar maior estabilidade as partes restantes e prevenir o seu arruinamento. Deverão ser usados pontalotes de eucalipto apoiados em tábuas de madeira. Na extremidade superior dos pontalotes, os mesmos poderão ser apoiados diretamente nas estruturas de madeira. No caso das peças que estiverem comprometidas, o contato deverá ser feito com uso de tábua ou peça intermediária.
- O escoramento da estrutura do imóvel deverá ser feito com o acompanhamento de um engenheiro para as devidas orientações técnicas do processo, com anotação da respectiva ART.
- Seguem em anexo, algumas fotos e esquemas gráficos representando os sistemas descritos acima.

ANEXO FOTOGRÁFICO

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



Figuras 01, 02 e 03 – Esquema de escoramento.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



Figuras 04 a 07 – Escoramento de alvenarias.

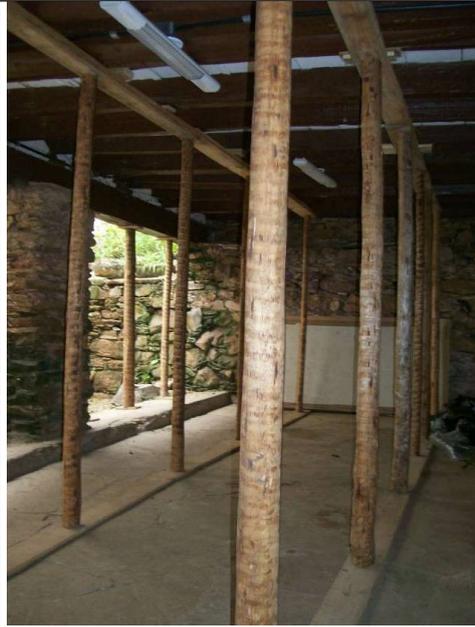
Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

Figura 08 – Esquema para escoramento das peças de madeira do piso.



Figura 09 – Esquema para escoramento das peças de madeira do telhado.